

WILL S.A.
MEIOS DE PAGAMENTO

Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro
(Reapresentação)

20
20

will 
BANK

Diretoria

Walter José Boina Piana

(Diretor responsável pela contabilidade)

Giovanni Piana Netto

Contador

Marlon Soares Fernandes

CRC 1SP-295873/O-5

Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 23.862.762/0001-00

Relatório da Administração 2020

A administração da Will S.A. Meios de Pagamento, Instituição de Pagamentos criada em dezembro de 2019, apresenta os resultados gerenciais do ano fiscal de 2020 da companhia em comparação com o ano de 2019.

Will S.A. Meios de Pagamento

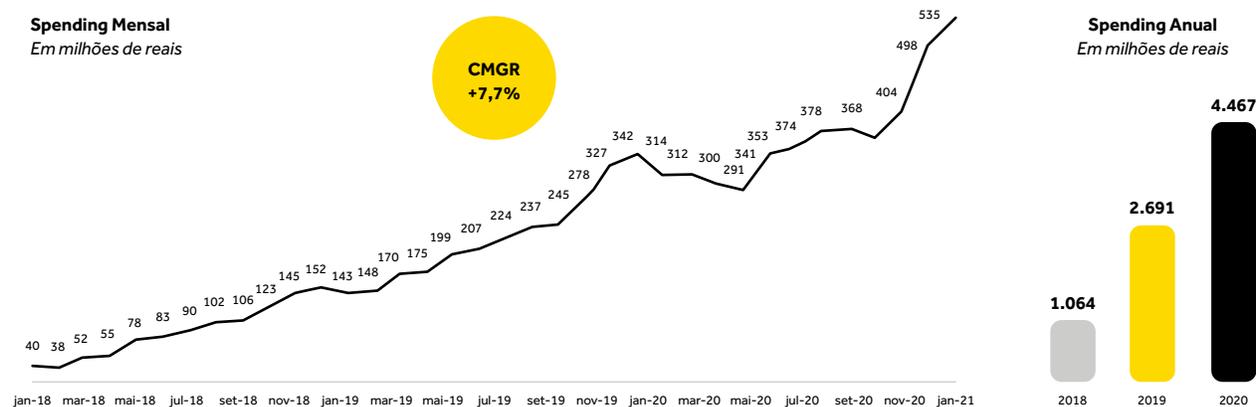
A Will S.A. Meios de Pagamento é uma das maiores instituições de pagamentos 100% digitais do Brasil, oferecendo os serviços de cartões de crédito e débito, conta digital, pagamentos, saques e transferências bancárias sem qualquer tarifa ou anuidade.

Em parceria com a Will Financeira S.A. CFI, financeira do mesmo grupo, temos total independência para conceder créditos para clientes “desbancarizados” ou que só tenham acesso ao sistema bancário mediante o pagamento de altas taxas e tarifas.

Nossa proposta de valor é manter o foco em nosso cliente, entendendo suas dores e propondo alternativas inovadoras para problemas do dia a dia, sempre fortemente embasados em dados e com total transparência.

Destaques operacionais

Embora a Will S.A. Meios de Pagamento só tenha sido criada em dezembro de 2019, toda a sua estrutura já operava separadamente dentro da PAG Meios de Pagamentos S.A. A seguir, apresentamos destaques sobre os números operacionais gerenciais do Will. Atualmente, o Will conta com mais de 10 milhões de pedidos e mais de 1,5 milhão de cartões emitidos. Em 2020, os clientes Will transacionaram cerca de R\$4,5 bilhões em seus cartões de crédito, um crescimento de 66% com relação aos R\$2,7 bilhões transacionados em 2019. Esse crescimento acelerado deveu-se principalmente ao aumento de novos clientes (mais de 400 mil em 2020).



Nossos clientes se concentram no Nordeste (onde temos 57% dos nossos clientes) e em cidades pequenas, com menos de 100 mil habitantes (onde temos 53% de nossos clientes). Isso evidencia que concedemos acesso bancário a um público com pouca ou nenhuma opção.



Penetração: número de contas/1000 habitantes. Dados de contas abertas de dezembro de 2020.
Fonte da população: IBGE, 2020.

Em 2020, fizemos relançamento da nossa marca, que deixou de se chamar Pag! e passou a se chamar Will, na busca de maior proximidade e facilidade na comunicação com nosso cliente. Além disso, pelo terceiro ano consecutivo, fomos eleitos um dos três melhores bancos digitais em uma votação promovida pelo site Reclame Aqui.

Destaques Financeiros

Nosso crescimento acentuado em termos operacionais resultou em forte crescimento nas receitas. A **Receita Bruta** cresceu aproximadamente 58,9%: foi de R\$ 52,7 milhões em 2019 para R\$ 83,8 milhões em 2020, principalmente puxada pela receita com a taxa de intercâmbio (diretamente proporcional ao valor transacionado no cartão de crédito).

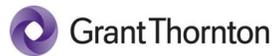
Ao mesmo tempo, conseguimos importantes alavancagens operacionais em nossos custos fazendo com que nossa **Margem Bruta** subisse de 26,2% em 2019 para 32,6% em 2020.

Mesmo com o aumento das despesas, principalmente com o elevado investimento em pessoal e aquisição, a melhora de 97,4% no **Lucro Bruto** permitiu a melhora da margem EBITDA em 4,6 pontos percentuais (de 29,3% negativo em 2019 para 24,7 negativos em 2020).

Por fim, terminamos o ano de 2020 com lucro de R\$2,08 milhões, em comparação com prejuízo de R\$11,05 milhões em 2019, uma melhora de aproximadamente R\$ 13,1 milhões.

Tudo isso em um ano marcado pela crise da Covid-19 que adicionou um grau de incerteza muito grande na economia, embora a pandemia também tenha afetado nosso negócio, acreditamos que navegamos bem por esse período de incerteza. Criamos um comitê de crise para acompanhar e agir para garantir a saúde das principais métricas financeiras da companhia. Abaixo, disponibilizamos o demonstrativo de resultados do exercício (DRE), referente aos anos fiscais de 2019 e 2020.

Demonstração de Resultados do Exercício			
R\$ mil	2019	2020	Cresc. (%)
Receita Bruta	52.731	83.786	58,9%
Deduções	(2.266)	(3.765)	66,1%
Receita Líquida	50.465	80.021	58,6%
Custos	(37.259)	(53.955)	44,8%
Lucro Bruto	13.206	26.065	97,4%
<i>Margem bruta (%)</i>	26,2%	32,6%	24,5%
Despesas	(27.977)	(45.819)	63,8%
EBITDA	(14.771)	(19.754)	33,7%
<i>Margem Ebitda (%)</i>	(29,3%)	(24,7%)	4,6%
(-) D&A	(1.527)	(3.527)	131,0%
EBIT	(16.298)	(23.281)	42,8%
<i>Margem EBIT (%)</i>	(32,3%)	(29,1%)	(9,9%)
Resultado Financeiro	(5.569)	27.149	(587,5%)
Ajustes Gerenciais	3.445	-	(100,0%)
EBT	(18.422)	3.868	(121,0%)
IR/CSLL	7.369	(1.791)	(124,3%)
Lucro Líquido	(11.053)	2.077	(118,8%)
<i>Margem Líquida (%)</i>	(21,9%)	2,6%	-



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12^o andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da

Will S.A. Meios de Pagamento (Anteriormente denominada Supernova Meios de Pagamento S.A)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Will S.A. Meios de Pagamento (Anteriormente denominada Supernova Meios de Pagamento S.A), ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício de 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Will S.A. Meios de Pagamento em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.



Ênfase

Tributos diferidos

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20.1 – Composição dos impostos diferidos, constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa, a recuperabilidade destes créditos fiscais diferidos dependerá da confirmação das premissas estabelecidas pela administração nas projeções de resultados futuros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis atuais e comparativas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 2, com relação à reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 01 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro 2019, onde emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia findas em 31 de dezembro de 2020, sem modificação de opinião. Conforme Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentadas para refletir ajustes pertinentes ao Ofício do Banco Central do Brasil nº 12.854/2021 quanto ao registro de receita com o incentivo e as demonstrações contábeis relativas ao período de 01 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro 2019 estão sendo reapresentadas em virtude de reclassificações entre contas para fim de padronização das demonstrações contábeis para atendimento à Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB Nº 2 para as demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do período de 1º de dezembro de 2019 à 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob nossa responsabilidade, onde emitimos relatório de auditoria, datado de 21 de julho de 2020, com ressalva, em decorrência da avaliação a valor justo de cotas de fundo de investimento.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

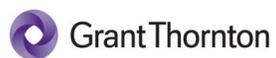
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de julho de 2021

A handwritten signature in purple ink, appearing to read "TBA", positioned above the printed name.

Thiago Benazzi Arteiro
CT CRC 1SP-273.332/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Balanços Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	5	67	–
Disponibilidades		67	–
Instrumentos Financeiros		696.866	307.158
Títulos e Valores Mobiliários	6	198.192	53.951
Recebíveis de cartão de crédito	7	498.674	253.206
Outros créditos	9	172.516	48.781
Créditos Tributários	20	86.669	88.460
Imobilizado de Uso	10	25.764	22.380
Intangível	11	15.682	9.024
Depreciação e amortização	10/11	(23.896)	(23.038)
Total de Ativo		973.668	452.764
Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado	Reapresentado
Depósitos e Instrumentos Financeiros		880.912	528.399
Depósitos	12	15.412	4.867
Relações Interfinanceiras	13	865.500	523.532
Obrigações por empréstimos e financiamentos		78	174
Outras Obrigações	14	71.107	36.882
Provisões	15	2.138	–
Total do Passivo		954.235	565.454
Patrimônio Líquido	16		
Capital Social		149.750	20.000
Reservas de Capital		296	–
(-) Prejuízos Acumulados		(130.613)	(132.690)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		973.668	452.764

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º semestre	Exercício	Período
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receitas de intermediação financeira	17	37.426	56.442	1.258
Receitas financeira da operação de cartão de crédito		9.558	17.909	1.258
Resultado positivo de títulos e valores mobiliários		27.868	38.533	–
Despesas de Intermediação financeira	18	(14.631)	(23.947)	(222.014)
Despesa de juros e similares		(5.789)	(9.082)	(3.947)
Despesas com tarifas e similares		(8.841)	(14.865)	(1.016)
Resultado negativo de títulos e valores mobiliários		–	–	(217.051)
Resultado de Intermediação financeira		22.795	32.495	(220.756)
Outras receitas/despesas operacionais	19	(18.920)	(28.627)	(394)
Receita de prestação de serviço		38.346	66.034	5.544
Despesas operacionais		(23.579)	(41.513)	(2.832)
Despesa de pessoal		(13.768)	(24.163)	(1.650)
Despesas administrativas		(9.793)	(15.856)	(666)
Despesas tributárias		(2.517)	(4.226)	(360)
Despesas de provisões		(2.138)	(2.138)	–
Depreciação e amortização		(2.167)	(3.527)	(368)
Outras despesas operacionais		(1.167)	(2.121)	(80)
Outras receitas operacionais		(1.020)	–	18
Teste ao valor recuperável de ativos		(1.117)	(1.117)	–
Resultado antes de tributos e participações		3.876	3.868	(221.150)
Tributos e participações	20	(1.769)	(1.791)	88.460
IRPJ/CSLL		–	–	–
Imposto fiscal diferido		(1.769)	(1.791)	88.460
Resultado Líquido		2.106	2.077	(132.690)

Demonstração do Resultado Abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício 2020	Período 2019
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	2.106	2.077	(132.690)
Resultado Abrangente do Exercício	2.106	2.077	(132.690)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)		20.000	–	–	(132.690)	(112.690)
Aumento de Capital	17	129.750	–	–	–	129.750
Pagamentos baseados em ações	17	–	296	–	–	296
Resultado do exercício		–	–	–	2.077	2.077
Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)		149.750	296	–	(130.613)	19.433
Mutações no período		129.750	296	–	2.077	132.123
Saldo em 30/06/2020		50.000	–	–	(132.719)	(82.719)
Aumento de Capital	17	99.750	–	–	–	99.750
Pagamentos baseados em ações	17	–	296	–	–	296
Resultado do semestre		–	–	–	2.106	2.106
Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)		149.750	296	–	(130.613)	19.433
Mutações no período		99.750	296	–	2.106	102.152

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Nota	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre Reapresentado	Exercício Reapresentado	Período Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
		2.106	2.077
			(132.690)
Ajustes ao resultado líquido			
		2.167	3.527
			368
	20	1.769	1.791
			(88.460)
	15	2.138	2.138
			–
		27.099	(37.734)
			217.051
	11	1.117	1.117
			–
		36.396	(27.085)
			(3.731)
(Aumento)/Redução líquida de ativos operacionais			
		(154.972)	(106.506)
			(271.002)
		(197.092)	(245.468)
			(253.206)
		(32.796)	(123.735)
			(48.781)
(Aumento)/Redução líquida de passivos operacionais			
		6.889	10.546
			4.867
		245.320	341.968
			523.532
		3.926	34.225
			36.882
		(128.725)	(88.969)
			(7.709)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
		(2.604)	(5.980)
			(5.799)
		(5.011)	(7.848)
			(2.934)
		(7.614)	(13.829)
			(8.733)
Fluxo de caixa de financiamento			
	16	99.750	129.750
			20.000
		(36)	(96)
			174
	16.2	296	296
			–
		100.010	129.950
			20.174
Caixa e equivalente de caixa			
		–	–
			–
		67	67
			–
		67	67
			–

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Will S.A. Meios de Pagamento ("Will Pagamento" ou "Companhia") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303, Cj. 1001, 10º Andar, Condomínio WTORRE UNIDAS TORRE II, bairro de Pinheiros, São Paulo-SP, CEP 05425-000.

A Companhia faz parte do Conglomerado Prudencial Will Bank (ou "Grupo") do qual também fazem parte a Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira") e o Fundo de investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC"), sendo este último controlado pela Will Pagamento.

A Will Pagamento iniciou suas operações em 01 dezembro de 2019, sob a ainda denominação Supernova S.A. Meios de Pagamento, empresa fruto da cisão da Pag S.A. Meios de Pagamento que trouxe consigo o produto Pag! que em dezembro de 2020 possuía mais de 1.5 milhão de cartões emitidos. Em AGE realizada no dia 05 de outubro de 2020, houve a alteração do seu nome empresarial para Will S.A. Meios de Pagamento. A mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo Will Bank.

A Will Pagamento, como Instituição de Pagamento parte do Will Bank, tem como objetivo fornecer soluções de pagamento através da emissão e administração de cartões de crédito e emissão de moeda eletrônica através do serviço de conta de pagamento. Além outros serviços de pagamento complementares como transferências, pagamentos de boletos e recarga de celular.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Pagamento, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20/08
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	BCB 2/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN nº 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

Além disso, foi editada a Resolução CMN nº 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, a serem adotadas pelo Banco em data posterior a 31.12.2020:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN nº 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022.

Resolução CMN nº 4.877, de 23 de dezembro de 2020. A norma consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados.

A norma facultará a determinação da taxa de desconto de que tratam os itens 83 a 86 do Pronunciamento CPC 33 (R1) com base no rendimento médio de mercado apurado nos seis meses anteriores à data a que se referem as demonstrações contábeis, observados os demais dispositivos previstos no pronunciamento. Ao utilizar essa faculdade, as instituições deverão (i) aplicá-la de forma prospectiva; (ii) evidenciar, em nota explicativa, o valor do efeito no Patrimônio Líquido caso fosse utilizada a taxa de que trata o item 83 do CPC 33 (R1); e (iii) aplicar a taxa de desconto média de forma consistente ao longo do tempo.

Essa Resolução entra em vigor a partir de 01.01.2021.

A Companhia iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e controlada.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 07 de julho de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Reapresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado

2019

Visando uma total padronização das demonstrações do Grupo para o formato estabelecido pelo BACEN, e também em atendimento à Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BACEN nº 2, que estabelecem critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, a Companhia alterou a apresentação de suas demonstrações financeiras, assim como inclui a Demonstração de Resultados Abrangentes de forma prospectiva. Em decorrência dessas mudanças a Will Pagamentos está reapresentando o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado para fins de comparabilidade com a Demonstração Financeira anterior.

	31/12/2019		31/12/2019
	Originalmente		Saldo
	Apresentado	Ajustes	Representado
Títulos e Valores Mobiliários	–	53.951	53.951
Aplicações em TVM	53.951	(53.951)	–
Recebíveis de cartão de crédito	–	253.206	253.206
Contas a receber	253.207	(253.207)	–
Outros créditos	–	48.781	48.781
Tributos a recuperar	2.257	(2.257)	–
Créditos diversos	6.361	(6.361)	–
Despesas Antecipadas	3.051	(3.051)	–
Contas a receber de partes relacionadas	21.777	(21.777)	–
Créditos Tributários	15.334	(15.334)	–
Impostos Diferidos	88.460	(88.460)	–
Imobilizado de Uso	–	2.380	2.380
Imobilizado	5.431	(5.431)	–

Will S.A. Meios de Pagamento

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019 (Reapresentação)

18

	31/12/2019		31/12/2019
	Originalmente		Saldo
	Apresentado	Ajustes	Representado
Intangível	2.934	6.089	9.023
Depreciação e Amortização	-	(23.038)	(23.038)
Total do ativo impactado pelas reclassificações	452.763	(108.460)	344.303
Depósitos	-	4.867	4.867
Cientes Pag	4.867	(4.867)	-
Relações Interfinanceiras	-	523.532	523.532
Obrigações com Cartões de Crédito	523.532	(523.532)	-
Obrigações por empréstimos e financiamentos	-	174	174
Empréstimos e financiamentos	174	(174)	-
Outras Obrigações	-	36.881	36.881
Repasse a pagar	23.676	(23.676)	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.026	(2.026)	-
Contas a pagar	11.179	(11.179)	-
Total do passivo impactado pelas reclassificações	565.454	-	565.454
Receita bruta com prestação de serviços	5.402	(5.402)	-
Receitas financeiras	1.381	(1.381)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	9	(9)	-
Custo dos serviços prestados	(1.777)	1.777	-
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(309)	309	-
Despesas financeiras	(221.345)	221.345	-
Despesas Administrativas, comerciais e gerais	(4.511)	4.511	-
Receitas financeira da operação de cartão de crédito	-	1.258	1.258
Receita de prestação de serviço	-	5.544	5.544
Despesa de juros e similares	-	(3.947)	(3.947)
Despesas com tarifas e similares	-	(1.016)	(1.016)
Resultado negativo de títulos e valores mobiliários	-	(217.051)	(217.051)
Despesas operacionais	-	(2.832)	(2.832)
Despesas de pessoal	-	(1.650)	(1.650)
Despesas administrativas	-	(666)	(666)
Despesas tributárias	-	(360)	(360)
Depreciação e amortização	-	(368)	(368)
Outras despesas operacionais	-	(80)	(80)
Outras receitas operacionais	-	18	18
Imposto de renda e contribuição social - diferido	88.460	(88.460)	-
Imposto fiscal diferido	-	88.460	88.460
Resultado Líquido Impactado pelas Reclassificações	(132.690)	-	(132.690)

2020

Em atendimento ao Ofício 12.854/2021-BCB/DESUC o Will Meios de Pagamentos reapresenta suas demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. De acordo com o entendimento do Banco Central do Brasil o reconhecimento do Incentivo Extraordinários ("Sing on Bonus") como receita em 31 de dezembro de 2021 foi estornado e registrado como Resultado de Exercício Futuro na data de entrada em vigor do contrato e será apropriado ao resultado em decorrência do prazo contratual, sendo necessário realizar ajustes de acordo com as demonstrações abaixo:

Will S.A. Meios de Pagamento

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019 (Reapresentação)

19

Ativo	31/12/2020 Originalmente Apresentado	Ajustes	31/12/2020 Saldo Representado
Créditos Tributários	85.291	1.265	86.556
Total do ativo impactado pelos Ajustes	972.290	1.265	973.555
Outras Obrigações	67.662	3.445	71.107
Total do passivo impactado pelos Ajustes	950.790	3.445	954.235
Patrimônio Líquido			
(-) Prejuízos Acumulados	(128.546)	(2.180)	(130.726)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	972.290	1.265	973.555
Outras receitas/despesas operacionais	(25.182)	(3.445)	(28.627)
Despesas tributárias	(4.394)	168	(4.226)
Outras receitas operacionais	3.613	(3.613)	-
Imposto fiscal diferido	(3.169)	1.265	(1.904)
Resultado Líquido Impactado pelos Ajustes	4.144	(2.180)	1.964

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Pagamentos são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem substancialmente depósitos bancários denominados em moeda nacional e estrangeira, aplicações em Depósitos Interfinanceiros e aplicações em mercado aberto, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii) Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

e) Recebíveis de cartão de crédito

Os recebíveis de cartão de crédito são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas. Carteiras de crédito da Will Pagamentos que classificadas como diferente de AA são transferidas para a empresa Will Financeira, a qual segue todas as regras de provisionamento do Banco Central (2.682).

f) Valor justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo é considerado o preço que seria recebido por um ativo ou pago por um passivo em uma transação celebrada entre partes de uma transação no mercado. Existem três diferentes níveis de hierarquia de valor justo usados para classificação dos instrumentos financeiros, que são descritas abaixo:

Nível 1: quando a avaliação é baseada em preços cotados em mercados líquidos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: a avaliação é baseada em preços observáveis no mercado, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis que podem ser validados;

Nível 3: a avaliação é realizada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. Estas técnicas podem ser: metodologias de fluxo de caixa descontados, avaliação relativa ou outras técnicas semelhantes.

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Pagamento. Estão presentes nesse grupo as despesas diferidas referente ao custo de originação da operação de cartão de crédito. Os custos relacionados ao cartão de crédito são amortizados de forma linear de acordo com a vida do cartão de crédito.

h) Valores pendentes de liquidação: Os valores pendentes de liquidação estão relacionados a liquidações futuras de serviços ou produtos entre a Will Pagamento e suas contrapartes, inclusive com partes relacionadas.

i) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A vida útil dos itens de imobilizados é apresentado abaixo:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos de informática	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível.

A vida útil para todas as linhas do intangível da companhia está especificada abaixo:

Intangível	5 anos
------------	--------

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o intuito de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Caso se tenha algum indicativo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda é reconhecida imediatamente na Demonstração de Resultado do Exercício ("DRE"). O valor recuperável de um ativo é definido como maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

l) Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes. Esses depósitos estão inseridos no contexto normativo de conta de pagamento pré-paga.

m) Relações Interfinanceiras

Representadas pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar à bandeira Mastercard, deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas.

n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "*pro rata temporis*". Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais "*pro rata die*".

Atualmente a única modalidade de financiamento no balanço da Companhia é o Arrendamento Financeiro. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros.

Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em passivos de curto e de longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

o) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, são calculados no final de cada exercício sobre o prejuízo fiscal e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre base de cálculo com prejuízo serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

p) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Pagamento entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

q) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

r) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto e foi preparada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

s) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Will Pagamento é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício aplicável.

t) Resultados recorrentes/não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

4.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

4.2. Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

a) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

b) Provisão legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento anual e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	67	-
Banco - conta movimento	67	-
Total	67	-

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2020	31/12/2019
Carteira própria	198.192	53.951
Para negociação (a)	100.774	-
Mantido até o vencimento (b)	97.418	53.951
Total	198.192	53.951
Circulante	100.774	-
Não Circulante	97.418	53.951

(a) O saldo refere-se a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Certificado de Depósito Bancário ("CDB").

(b) A Companhia mantém em seus ativos cotas de fundo de investimento em direitos creditórios que foram classificadas como mantidos até o vencimento. O FIDC NP Recupera é administrado pela Planner Corretora de Valores S.A, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), constituída sob a forma de condomínio aberto e sem carência para resgate.

7. Valores a Receber de Cartão de Crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Faturas emitidas a clientes (a)	214.014	66.311
Compras autorizadas a faturas (b)	991.490	611.229
(-) Venda de autorizações (c)	(706.829)	(424.334)
Total	498.674	253.206
Circulante	498.674	253.206
Não Circulante	-	-

(a) Os valores são referentes a faturas emitidas aos clientes do cartão Pag ainda não vencidas;

(b) Os valores são referentes a compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que até a data não foram faturados;

(c) A Instituição possui um processo de venda de recebíveis sem direito de regresso junto a Will, que consiste na antecipação de valores de compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que até a data não foram faturadas.

8. Transações com Partes Relacionadas

Partes relacionadas são os controladores com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus respectivos familiares. A Companhia possui transações com empresas do grupo Will Bank, que se resumem a rateio de despesas e prestação de serviços entre elas e a valores pendentes de liquidação relacionados à operação do Grupo.

Todas as operações de cartão de crédito e depósitos com administradores, diretores e acionistas ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do que o risco normal de crédito. Portanto, são realizadas dentro das condições normais de mercado.

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
	(609.335)	(370.382)
Instrumentos Financeiros	(609.411)	(370.382)
Títulos e Valores Mobiliários	97.418	53.951
Cotas de fundos de investimento	97.418	53.951
FIDC NP Recupera - Cota	97.418	53.951
Recebíveis de cartão de crédito	(706.829)	(424.333)
(-) Vendas de autorizações (Will Financeira)	(706.829)	(424.333)
Outros Créditos	77	-
Valores a receber serviços de cobrança (Will Financeira)	77	-
Passivo	(23.333)	23.676
Depósitos e Instrumentos Financeiros	17.059	-
Relações Interfinanceiras	17.059	-
FIDC NP Recupera - valores a pagar	17.059	-
Outras Obrigações	(40.392)	23.676
Will Financeira - valores a pagar	(40.392)	23.676

Will S.A. Meios de Pagamento

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019 (Reapresentação)

26

	31/12/2020		31/12/2019	
	2º semestre	Exercício	Exercício	
Resultado	55.003	76.386	(217.051)	
Receitas de Intermediação Financeiras	54.198	75.469		–
Resultado positivo de títulos e valores mobiliários	27.099	37.734		–
Resultado positivo com a cota do FIDC Recupera	27.099	37.734		–
Despesas de Intermediação Financeiras	–	–	(217.051)	
Resultado negativo de títulos e valores mobiliários	–	–	(217.051)	
Resultado negativo com a cota do FIDC Recupera	–	–	(217.051)	
Outras receitas/despesas operacionais	805	917		–
Despesa de Pessoal	483	542		–
Retirada dos Sócios	250	278		–
Despesas Administrativas	72	97		–

9. Outros Créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas antecipadas	87.711	15.334
Valores pendentes de liquidação	53.568	27.530
Impostos e contribuições a compensar	3.228	2.257
Depósitos Judiciais	3	0
Diversos	28.006	3.660
Total	172.516	48.781
Circulante	104.250	36.557
Não Circulante	68.265	12.224

(a) Valor composto principalmente pelos gastos referentes à aquisição de clientes, que são amortizados ao longo do tempo. Também entram nessa linha os valores de seguros que são amortizados pela vigência do contrato;

(b) Valores pagos antecipadamente para realização de serviços financeiros e recargas de celulares aos clientes ou a receber de outros participantes do sistema financeiro.

10. Imobilizado de Uso

	31/12/2020			31/12/2019		
	Saldo	(-) Depreciação	Saldo Líquido	Saldo	(-) Depreciação	Saldo Líquido
Móveis e utensílios	2.071	(1.515)	557	1.883	(1.375)	508
Máquinas e Equipamentos de Informática	18.485	(13.832)	4.653	15.461	(13.087)	2.374
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.708	(729)	979	1.536	(436)	1.101
Instalações	2.737	(1.567)	1.171	2.737	(1.293)	1.444
Veículos	762	(762)	–	762	(758)	4
Total	25.764	(18.405)	7.359	22.380	(16.949)	5.431

A Administração da Companhia revisou os valores residuais e o tempo de vida útil estimada e concluiu que o valor residual e as taxas de depreciação utilizadas estão adequadas.

11. Intangível

	31/12/2020			31/12/2019		
	Saldo	(-) Amortização	Saldo Líquido	Saldo	(-) Amortização	Saldo Líquido
Programas de computador	5.531	(4.825)	706	5.456	(4.420)	1.037
Desenvolvimento Interno	10.145	(666)	9.480	2.715	(1.263)	1.452
Outros	6	(1)	5	852	(407)	445
Total	15.682	(5.492)	10.191	9.024	(6.089)	2.934

Em 31 de Dezembro de 2020, a companhia realizou um teste ao valor recuperável do intangível, reconhecendo R\$ 1.117 no resultado do período como baixa.

12. Depósitos

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos de Livre Movimentação	12.933	3.424
Saldos Bloqueados	2.480	1.443
Total	15.412	4.867
Circulante	15.412	4.867
Não Circulante	-	-

Os saldos de depósitos se referem a saldos em conta de pagamento pré-paga, que é um produto Pag! e Will, ofertado aos clientes, por isso a classificação de todo saldo em circulante.

13. Relações Interfinanceiras

	31/12/2020	31/12/2019
Valores a liquidar - bandeira	865.500	523.532
Total	865.500	523.532
Circulante (a)	865.500	523.532
Não Circulante	-	-

O prazo de recebimento dos clientes é de 30 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação das bandeiras é de 27 dias a partir da data da transação. As transações parceladas ocorrem em prazos máximos de 12 meses, portanto, o saldo a pagar em cada exercício corresponde ao fluxo máximo de um ano.

14. Outras Obrigações

	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	
Tributos e Contribuições	1.355	3
Obrigações Trabalhistas	2.470	790
Provisões Trabalhistas	2.295	1.232
Valores a liquidar - operação (a)	57.451	27.776
Fornecedores	3.923	7.081
Rendas Antecipadas (b)	3.613	-
Total	71.107	36.882
Circulante	63.572	29.801
Não Circulante	7.535	7.080

(a) Valores a pagar para outros participantes do sistema financeiro e partes relacionadas também do sistema financeiro;

(b) Contrato de Aliança Estratégica e Programas de Incentivo entre a Mastercard, a Will Pagamentos e a CFI, com início em 31 de dezembro de 2020.

15. Provisões e Contingências Passivas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis	2.138	–
Total	2.138	–

A companhia é parte em ações judiciais em curso normal de suas operações, envolvendo os diversos aspectos tais como: tributários, cíveis e trabalhistas. Esses assuntos são discutidos nas diferentes esferas e os quais, quando requerido no andamento dos processos, envolvem depósitos judiciais pela Will Pagamento como garantia do processo.

Estas provisões são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía apenas provisões para contingências cíveis. Em 31 de dezembro de 2019, a Will Pagamento não possuía provisões dada a sua recente constituição societária. E depósitos judiciais totalizando R\$3 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019), apresentado na Nota 9. No fim do exercício de 2020, existem ainda processos cíveis de relação de consumo classificado como perda possível, sendo considerado como contingências passivas, no montante de R\$678 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019).

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social é de R\$149.750, composto por 149.750 ações ordinárias.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de março de 2020, foi deliberado o aumento de capital social em R\$30.000, sendo emitidas 30.000 novas ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de junho de 2020, foi deliberado o aumento de capital em R\$99.750, sendo emitidas 99.750 novas ações ordinárias.

16.2. Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. No período findo em 31 de dezembro de 2020, em virtude dos prejuízos acumulados, não foi constituída reserva legal.

17. Receitas de Intermediação Financeira

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>
	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receita de operações de cartão de crédito	9.558	17.909	1.258
Multa e mora (a)	9.558	17.909	1.258
Resultado positivo de títulos e valores mobiliários	27.868	38.533	–
Resultado de aplicação financeira de liquidez	769	798	–
Resultados de cotas de fundos de investimento (b)	27.099	37.734	–
Total	37.426	56.442	1.258

(a) Mora 1% a.m. e multa contratual 2% por evento;

(b) Os títulos e valores mobiliários em posse do FIDC NP Recupera foram reavaliados a valor justo. De acordo com o crescimento da carteira, através das cessões mensais realizadas e de seus níveis de recuperação, foi apurado o valor justo final de R\$ 97.418. Com isso, gerando no ano uma receita de intermediação financeira de R\$ 37.734.

18. Despesas de Intermediação Financeira

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de Juros e similares	(5.789)	(9.082)	(3.947)
Juros sobre financiamento tomado (a)	(115)	(302)	29
Despesas de desconto sobre recebíveis (b)	(5.526)	(8.551)	(3.947)
Despesas com descontos concedidos	(148)	(229)	(28)
Despesa com tarifas e similares	(8.841)	(14.865)	(1.016)
Despesas com tarifas do sistema financeiro	(8.841)	(14.865)	(1.016)
Resultado negativo com títulos e valores mobiliários	–	–	(217.051)
Resultado negativo de cotas de fundos de investimento (c)	–	–	(217.051)
Total	(14.631)	(23.947)	(222.014)

(a) Juros sobre o leasing de máquinas e equipamentos;

(b) Taxa de desconto sobre antecipação de recebíveis de crédito realizados com a Will Financeira, conforme nota 8 (partes relacionadas);

(c) Em dezembro de 2019, foram adquiridos títulos e valores mobiliários pelo montante de R\$271.002, após avaliação realizada por uma consultoria contratada foi apurado o valor justo de R\$53.952, gerando com isso despesas financeiras no valor de R\$217.051. O ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários adquiridos se fez necessário uma vez que carteiras de crédito, da antiga Avista Cartões, foram adquiridas pelo FIDC NP Recupera da Will Financeira e tiveram performance abaixo do esperado.

19. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
	Reapresentado	Reapresentado	
Outras receitas/despesas relacionadas ao cartão	16.860	31.503	3.253
Receita de Intercâmbio	37.454	64.428	5.402
Custo da transação	(21.486)	(34.531)	(2.291)
Outras receitas de serviço	892	1.606	142
Despesas de Pessoal	(13.768)	(24.163)	(1.650)
Proventos e honorário da administração	(8.440)	(15.035)	(1.077)
Encargos Sociais	(2.997)	(5.118)	(278)
Outras despesas de pessoal	(2.331)	(4.011)	(295)
Despesas tributárias	(2.517)	(4.226)	(360)
PIS/COFINS	(1.571)	(2.467)	(218)
ISS	(749)	(1.298)	(110)
Outras despesas tributárias	(197)	(461)	(32)
Despesas de provisões	(2.138)	(2.138)	–

	31/12/2020		31/12/2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
	Reapresentado	Reapresentado	
Outras despesas administrativas	(14.053)	(26.365)	(1.575)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(2.093)	(6.982)	(542)
Despesas de marketing	(3.700)	(5.321)	(71)
Despesas de serviços técnicos	(2.990)	(4.718)	(159)
Despesas de escritório	(1.409)	(2.751)	(186)
Depreciação e amortização	(2.167)	(3.527)	(368)
Despesas de tecnologia	(1.623)	(2.639)	(168)
Despesas de viagem	(46)	(382)	(79)
Outras despesas administrativas	(25)	(45)	(3)
Outras Receitas Operacionais	(1.020)	-	18
Outras Despesas Operacionais	(2.284)	(3.238)	(80)
Perdas com riscos operacionais	(1.110)	(2.048)	(78)
Teste ao valor recuperável de ativos	(1.117)	(1.117)	-
Outras despesas operacionais	(57)	(72)	(2)
Total	(18.920)	(28.627)	(394)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados e registrados com base no resultado tributável, as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
	Reapresentado	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	3.868	(221.150)
(-/+ Diferenças permanentes	609	-
(=) Base de cálculo	4.477	(221.150)
Alíquota do IRPJ - 15% somados a 10% sobre o lucro excedente a R\$240 - e CSLL - 15%	40%	40%
Resultado de IRPJ/CSLL	1.791	(88.460)
Taxa efetiva	40%	40%

20.1. Composição dos impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes. Esses créditos estão registrados em "Impostos Diferidos", tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico realizado em janeiro de 2020 pela Apsis Consultoria Empresarial Ltda, no qual foi utilizada a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na análise retrospectiva, na projeção de cenários e em fluxos de caixa descontados. Após estudo elaborado, segundo CPC 32 e Resolução nº 3.059/2002 do Bacen e alterações posteriores (3.355/2006) e a devida revisão realizada durante o processo de auditoria, a projeção econômico-financeira demonstra a provável recuperação desse crédito no prazo de dez anos. Levando em conta as projeções de lucros realizados pela Will Pagamentos, em oito anos, a totalidade do crédito tributário gerado até 2020 será consumida. Dessa forma, de acordo com as projeções, o crédito tributário deverá ser consumido até 2028.

Will S.A. Meios de Pagamento

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019 (Reapresentação)

31

Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

Ano	IRPJ	CSSL	Valor contábil	Valor Presente
	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Total	Total
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
2021	-	-	-	-
2022	-	-	-	-
2023	854	512	1.366	1.186
2024	6.292	3.775	10.067	8.245
2025	9.484	5.691	15.175	11.724
2026	12.520	7.512	20.032	14.601
2027	15.315	9.189	24.504	16.850
2028	9.703	5.822	15.525	10.070
2029	-	-	-	-
2030	-	-	-	-
Total	54.168	32.501	86.669	62.676

Nesse modelo, os valores do crédito tributário foram trazidos a valor presente utilizando a Taxa Selic projetada, sendo seu valor presente de R\$ 62.676 (sessenta e dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil).

20.2. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar no valor de R\$ 2.257 se referem aos valores pagos de forma antecipada pela Companhia como imposto de renda retido na fonte que é uma exigência fiscal dada ao seu ramo de atividade.

21. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Administração da Companhia mantém um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte e operações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	18.800.000,00
Danos elétricos	370.000,00
Perdas ou pagamento de aluguel (PI seis meses)	2.474.000,00
Quebras de vidros, espelhos, mármore	100.000,00
Responsabilidade civil - operações	1.000.000,00
Vendaval/furacão/ciclone/tornado/granizo	1.240.000,00
Derrame de Chuveiros Automaticos (sprinklers)/hidrantes	500.000,00
Alagamento / Inundação	500.000,00

22. Gestão de Risco e Instrumentos Financeiros

22.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros) risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos e títulos a receber estão mencionadas nas Notas no 8 e no 16, respectivamente.

b) Risco de crédito

Com relação às contas a receber, a Companhia está principalmente exposta a contas a receber de faturas emitidas a clientes. Entretanto, esse risco é mitigado pela Avista Crédito, Financiamento e Investimento cujo papel é financiar o portador do cartão Pag!

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

d) Risco Operacional

Trata-se da possibilidade de a Instituição sofrer perdas decorrentes de eventos externos ou de falhas, deficiência ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas. Inclui-se ainda o risco legal derivado de eventual deficiência em contratos, sanções associadas a descumprimentos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades executadas pela Instituição.

23. Compromissos

A Companhia tem compromissos firmados por meio de contratos de locação de imóveis. Os referidos contratos possuem cláusulas que definem prazo de renovação e índices de atualização.

24. Resultado não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2020, a Companhia teve uma despesa de R\$1.117, referente a baixa de ativos intangíveis devido a perda do valor recuperável.

will 
BANK